

## PINGA-FOGO

■ **CARTA DE NOVA IORQUE** - Começa uma semana de eventos peso-peso em Nova Iorque, reunindo o PIB brasileiro. O Grupo Esfera abre a programação nesta segunda (13); o Lide de João Doria na terça (14); e na quarta (15), evento do Valor Econômico e O Globo. Uma curiosidade permeia os três movimentos: a audiência nas programações oficiais sobre o auxílio ao Rio Grande do Sul.

■ **Será uma boa chance para empresários e os maiores nomes da política brasileira abordarem sobre a reconstrução do estado, que é dono do quarto do PIB brasileiro (6,5%), ficando atrás somente de SP, RJ e MG.**

■ **No PIB brasileiro agrícola, o Rio Grande do Sul corresponde a 12,6%. E no Industrial, a 8,3%.**

■ **Não será surpresa se os nove governadores reunidos no evento da Lide, na terça, divulgarem uma "Carta de Nova Iorque", na qual conclamem ajuda internacional para combater os efeitos climáticos. Estarão presentes os seguintes governadores: Cláudio Castro, do Rio de Janeiro; Renato Casagrande, do Espírito Santo; Mauro Mendes, do Mato Grosso; Romeu Zema, de Minas Gerais; Ratinho Jr, do Paraná; Hélder Barbalho, do Pará; Wilson Lima, do Amazonas; Gladson Cameli, do Acre; e Eduardo Riedel, do Mato Grosso do Sul. Os gabinetes estão se falando, capitaneados por Castro, que viveu as chuvas na região Serrana e, agora, na Baixa da Fluminense.**

■ **O Brasil sempre foi apresentado como o vilão do clima e chega a Nova Iorque como uma grande vítima das mudanças climáticas, diante da omissão internacional sobre o cataclismo no Sul brasileiro. Não existe melhor lugar do mundo para um pedido de socorro planetário.**

■ **NORMALIDADE** - Clima pacífico e de normalidade no Estado do Rio de Janeiro. Desde sábado (11), o governador em exercício é Thiago Pampolha, que, como vice, recebeu o governo das mãos de Cláudio Castro, no seu embarque para uma missão em Nova Iorque. Para desespero dos incendiários de plantão a normalidade constitucional segue e Pampolha fica no governo boa parte da semana.

■ **PAES ELOGIA CECILIANO** - Os elogios do prefeito Eduardo Paes ao secretário Nacional de Assuntos Federativos do Planalto, André Ceciliano, na solenidade da cessão ao Município do Rio de Janeiro o terreno da estação Leopoldina, neste fim de semana, foram vistos de forma positiva pelo PT. Paes lembrou que na primeira semana do Governo Lula foi Ceciliano quem ligou, pedindo um ofício, solicitando o imóvel federal. Na sua fala carinhosa, ele chamou André do principal lobista do Rio em Brasília, pelo seu empenho de rece-



## MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

## Frente Parlamentar de Humanização da Alerj implanta Núcleo de Relações Internacionais do Rio

Com a coordenação do deputado estadual Danniell Librelon (REP), a Frente Parlamentar de Humanização da Alerj implantou nesta sexta-feira (10), Núcleo de Relações Internacionais do Rio de Janeiro (NURI-RJ).

O NURI-RJ busca fortalecer o estado globalmente, incentivando cooperação econômica, intercâmbio cultural e debate sobre temas globais, visando desenvolvimento sustentável e paz.

"Esta iniciativa fortalecerá nossa posição global, promovendo parcerias e oportunidades que impulsionarão o desenvolvimento econômico e cultural de nossa região. Queremos construir pontes entre culturas e povos, gerar oportunidades de negócios e investimentos e posicionar o Rio de Janeiro como um ator importante no cenário internacional", ressaltou o Deputado Danniell Librelon.



Da esquerda para a direita: Deputado Rodrigo Amorim, membro do NURI-RJ; professora Ana Paula Aguiar, vice coordenadora; Danniell Librelon, coordenador; Pedro Leão Bispo, Secretário-Geral; e o deputado Alan Lopes, membro do NURI-RJ



Marcos Simões, Chefe de Gabinete da Secretária de Estado do Rio de Janeiro da Casa Civil, e o oficial bombeiro e assessor da Casa Civil, Marco Aurélio Paes, na solenidade da Polícia Civil na última sexta (10), onde receberam a Medalha da Amizade, uma das maiores honrarias da corporação



Eduardo Paes, ao centro, com deputados federais Jandira Feghali (2ª), Laura Carneiro (6ª) e Júlio Lopes (7ª), o secretário Nacional de Assuntos Federativos André Ceciliano (1º), a secretária Adjunta do Patrimônio da União, Carolina Gabas Stuchi (5ª), e a ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck (3ª), na solenidade de transferência da estação Leopoldina para a Prefeitura do Rio

ber recursos para o estado. O seu nome tem sido lembrado como candidato ideal para vice na reeleição de Paes. Os elogios públicos sinalizam o bom relacionamento entre os dois e faz avançar uma posição no xadrez da sucessão municipal.

■ **XANDÃO 27** - Se tem gente aliviada com a saída do ministro Alexandre de Moraes da presidência do TSE, esperem 2025 e 2027. Em 25, ele assume como vice na eleição de Edson Fachin. Já em 2027, Moraes será o presidente do Supremo Tribunal Federal, com plenos poderes, mas tendo Kassio Nunes Marques como seu vice. O indicado de Bolsonaro só assume a Suprema Corte em 2029.

■ **SACRIFÍCIO PESSOAL** - Amigos do governador Eduardo Leite estão preocupados com a sua saúde. Ele tem dormido menos de 4 horas por noite e tem sido um trator na solução da crise do seu estado. Tem secretário recebendo mensagem de boa noite às 3 da manhã e às 5h já estão recebendo bom dia, com cobranças do governador. Leite tem se dedicado messianicamente ao desafio que a história o impôs e seu visual e tom de voz são perceptíveis ao impacto da tragédia na sua pessoa. Está saindo um gigante desta crise.

■ **CABO ELEITORAL** - O pedido de voto para a reeleição do vereador Pedro Duarte, do Partido Novo, feito de forma surpreendente no almoço da Lide, pelo prefeito Eduardo Paes, agora está valendo. O rapaz desistiu de concorrer à prefeitura e vai tentar reeleição.

■ **TRAMPOLIM** - Foi inteligente a decisão de Carol Sponza, advogada e Mestre em Política Pública, de aceitar concorrer à Prefeita do Rio de Janeiro pelo Novo. Em 2022, ela foi a candidata do partido mais votada para uma vaga de deputada federal no estado, com 25 mil votos. Com a visibilidade em debates e na campanha majo-

ritária, já faz o dever de casa para 2026, turbinando sua chegada à Câmara dos Deputados.

■ **EMPRÉSTIMO** - Petrópolis recebe em junho pouco mais de R\$ 25 milhões do empréstimo que pegou com a Caixa Econômica para obras de recuperação da cidade, após a tragédia de 2022. No total são R\$ 100 milhões, que estão sendo liberados desde 2022, e esta é a última parcela, com previsão de amortização até junho de 2032. Mais uma dívida que ficará para o próximo gestor. Contudo, a questão que está preocupando a população é a prestação de contas. Até agora, o prefeito Rubens Bomtempo não publicou nada sobre a execução do dinheiro desse empréstimo.

■ **EMENDAS PARA A SAÚDE** - O gabinete do prefeito de Volta Redonda, Antonio Francisco Neto, conhecido por ter sempre as portas abertas para todos, recebeu, na sexta-feira (10), o deputado federal Doutor Luizinho, do PP, que revelou uma notícia excelente para o município: a destinação de R\$ 10 milhões em emendas. Desse valor, R\$ 2,5 milhões serão para o Hospital Veterinário. A notícia deixou o prefeito exultante: "Teremos um dos maiores hospitais veterinários públicos do país, mas precisamos de apoio, e o Doutor Luizinho é um entusiasta deste projeto. O hospital foi um pedido do vereador Renan Cury, que está com as obras a todo vapor. Hoje, demos um passo além", disse Neto, do PP.

■ **RETIRO DOS ARTISTAS** - O deputado destinou ainda mais R\$ 2,5 milhões para o Retiro dos Atletas, que está sendo construído em Volta Redonda. O projeto foi idealizado pelo ex-jogador e ídolo do Fluminense, Deley de Oliveira, que também foi deputado federal. Os outros R\$ 5 milhões serão destinados à rede municipal de saúde. Também participaram do encontro o deputado estadual Munir Neto, o assessor especial do prefeito, Edson Albertassi, representantes do governo estadual entre outros integrantes da equipe do prefeito.

■ **VICE ESCOLHIDO** - O prefeito de Queimados, Glaucio Kaizer (União Brasil) anunciou oficialmente na última sexta-feira (10), durante ato político no bairro Fanchem, o nome do seu pré-candidato a vice-prefeito. O nome é o de Zaqueu Teixeira (Solidariedade), segundo colocado na disputa pela prefeitura da cidade nas eleições de 2020, ex-deputado estadual e ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Zaqueu, que antes disparava críticas severas ao atual prefeito Kaizer pelas redes sociais, hoje concentra todo o seu arsenal em direção ao adversário e ex-prefeito Max Lemos, pré-candidato a prefeito pelo PDT. Lembrando que Zaqueu, em tempos de outrora, também já foi aliado de Max. Tanto que sua esposa, Márcia Teixeira, foi vice-prefeita de Lemos. Além de União Brasil e Solidariedade, a aliança em torno de Kaizer e Zaqueu é composta pelos partidos PMB, DC, MDB, Rede, PSB e PMN.

## Sérgio Cabral\*

## Assim caminha a humanidade

As catástrofes ambientais estão mais frequentes em nosso planeta. A Terra está sendo aquecida por nós humanos numa velocidade estonteante e suicida. Somos quase 8 bilhões de humanos produzindo lixo ambiental para rios, lagoas, mares, florestas e todos os tipos de biomas.

Menos de 350 milhões de norte-americanos consomem mais do que 3 bilhões de pessoas no mundo. Nos últimos 49 anos, graças à sabedoria e liderança de Deng Xiaoping, a China elevou o patamar de consumo de 1,3 bilhão de pessoas. Sendo que 800 milhões consomem bem e 100 milhões consomem muito. Na Índia, há um crescimento vertiginoso do PIB que lembra a China de 10 anos atrás.

E o que mais lutamos no Brasil e no planeta é por melhores condições de vida. Por justiça social e maior equilíbrio na distribuição de renda. Por outro lado, o crescimento do consumo por mais humanos, no modelo industrial e econômico atual, nos levará ao caos e ao suicídio coletivo.

Aqui no Brasil, nossa balança comercial depende, em parte, da produção extrativista. E com sérios problemas nos cruzados com nossos biomas. Rios e canais assoreados nas grandes e médias cidades. Esgoto a céu aberto. Pouco verde nas principais urbis do país, modelo de mobilidade ultrapassado e poluente, precário transporte de massa, enfim, muitos desafios.

Portanto, o Brasil deve buscar metas ambientais com absoluta transversalidade

de em todas as políticas públicas daqui em diante.

Qualquer custeio e investimento em quaisquer setores dos governos nos três níveis deveriam passar por um comitê que gere padrões e matrizes para nortear os gestores públicos.

Desde creches, escolas, indústria ou produção agrícola com recursos financiados por bancos públicos, estradas, postos de saúde, UPAs, hospitais, enfim, dinheiro público com matriz ambiental no conceito e na execução.

Pactos entre o ministério público, governantes, sociedade civil, devem ser organizados por todo o país visando qualificar nossa preocupação ambiental. Claro que o ótimo é inimigo do bom, não dá para exigências utópicas, mas devemos iniciar esse processo de compromisso nacional com o nosso pedaço de terra e água no planeta.

Quando nosso organismo nos alerta com um problema de saúde, procuramos o diagnóstico e a cura. Se todos os sinais que a Terra tem nos dado com catástrofes ambientais como a do Sul do país e os diagnósticos da ciência sobre o forte aquecimento global não forem suficientes para uma nova e radical postura diante do planeta, será porque fracassamos na nossa linda e dadivosa jornada abençoada por Deus.

\*Jornalista. Instagram: @sergiocabral\_filho

## Marcos da Silva Couto\*

## O uso anterior da marca

No cenário jurídico brasileiro, a aplicação das leis de marcas frequentemente converge para uma questão central: a importância do uso anterior da marca como critério decisivo para resolver conflitos de registro. Essa prática é delineada pela Lei nº 9.279/1996, Lei da Propriedade Industrial (LPI), que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, incluindo o uso e o registro de marcas.

O artigo 129 da mencionada lei afirma que o direito à marca é adquirido pelo registro validamente expedido, garantindo ao titular exclusividade em todo o território nacional. Nesse sentido, nosso ordenamento jurídico adotou o sistema atributivo no registro de marcas. No entanto, o § 1º estabelece uma exceção, reconhecendo direitos à pessoa que, de boa-fé, antes da data de prioridade ou depósito, já utilizava uma marca idêntica ou semelhante para distinguir ou certificar produto ou serviço idêntico no Brasil há pelo menos seis meses.

Assim, esse instituto jurídico, conhecido como direito de precedência, estabelece que a utilização anterior de uma marca pode suplantam registros subsequentes. Essa posição é fundamentada no princípio de que os direitos da marca devem proteger

as expectativas legítimas dos consumidores e a ordem econômica, prevenindo confusões e assegurando transações comerciais leais.

Essa visão é corroborada pela jurisprudência. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem decidido que o uso anterior é um critério crucial em disputas de marca. O tribunal tem favorecido empresas que, embora sem um registro formal, usavam a marca de forma contínua e de boa-fé, permitindo-lhes manter o uso exclusivo.

Essas práticas judiciais influenciam diretamente o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que vem dando cada vez mais atenção às evidências de uso anterior em suas decisões sobre conflitos de registro. Esta abordagem não apenas respeita o espírito da legislação existente, mas também promove um equilíbrio justo entre a proteção conferida pelo registro formal e a realidade prática das atividades comerciais.

Existem três formas diferentes de alegar o direito de precedência. A primeira é no momento em que é protocolado o pedido de registro de marca por alguém no INPI, iniciando-se o prazo de 60 dias para apresentação de oposição por terceiros, conforme o artigo 158 da LPI, quando será requerida a não concessão do

registro do pedido.

Caso não seja apresentada a oposição e o registro da marca seja concedido, é possível dar início a um Processo Administrativo de Nulidade (PAN) junto ao INPI, no prazo de 180 dias contados da expedição do certificado de registro, conforme o artigo 168 da LPI, requerendo a nulidade do registro da marca concedida.

Caso nenhum desses dois instrumentos tenha sido utilizado, ou tenham sido indeferidos pelo INPI, ainda é possível buscar o judiciário através da Ação de Nulidade, conforme o artigo 173 da LPI, com prazo prescricional de cinco anos contados da data da concessão do registro.

Nas três hipóteses, é fundamental a apresentação de provas que demonstrem a utilização da marca há pelo menos seis meses antes do depósito, tais como notas fiscais, panfletos, fotos, dentre outros.

O reconhecimento do uso anterior como um fator determinante em casos de conflito de marcas reforça uma jurisprudência que favorece a justiça e a equidade, validando e protegendo quem realmente atua no mercado.

\*Procurador Federal aposentado e advogado.